



## **A “metamorfose” do militar: a construção positiva da imagem do presidente João Figueiredo nas revistas Veja e Manchete<sup>1</sup>**

Gesner Duarte Pádua<sup>2</sup>

Universidade Federal de Uberlândia, MG

### **Resumo**

Este artigo analisa a construção da imagem do último presidente militar, João Figueiredo, pelas revistas *Veja* e *Manchete* durante seu mandato, de 1979 a 1985. Na defesa do projeto governista de “abertura” política e de uma transição democrática “lenta, gradual e segura”, que criasse um ambiente de tranquilidade e estabilidade política favorável ao desenvolvimento econômico do país e aos seus interesses financeiros, as duas revistas investiram na transformação da imagem do presidente: de truculento representante do autoritarismo, Figueiredo passou a ser o legítimo e empenhado defensor da democracia.

**Palavras-chave:** Construção de imagem; presidente Figueiredo; Revista *Veja*; Revista *Manchete*.

### **Introdução**

O contexto histórico contemplado neste trabalho (1979-1985), no qual se inserem as revistas *Veja* e *Manchete*, foi marcado por lentas, mas significativas mudanças nas relações entre Estado e sociedade, caracterizando um processo permeado por lutas populares e de grupos políticos e econômicos que buscavam conquistar ou manter lugares de poder no novo cenário político-social que se desenhava: o da redemocratização do país, que vivia sob o regime militar desde o golpe de 1964.

Os dez primeiros anos do regime de exceção se caracterizaram pelo rígido e violento controle sobre a sociedade civil e as instituições políticas, do qual o Ato Institucional número 5, de 1968, conhecido por sua truculência, é o melhor exemplo. Apesar do autoritarismo, o regime contou durante muito tempo com o apoio de grande

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste realizado de 28 a 30 de junho de 2012.

<sup>2</sup> Jornalista, historiador, mestre em Comunicação e Semiótica e professor da Universidade Federal de Uberlândia.



parte da sociedade, especialmente as classes média e alta, que colhiam os frutos do vertiginoso período de crescimento, o chamado “milagre econômico brasileiro” (1968-1973). Porém, o cenário econômico começou a mudar bruscamente na metade da década de 70, com sucessivas crises internacionais que atingiram o Brasil, e o que parecia sólido se desmanchou no ar.

Havia também instabilidades de ordem política no interior do governo, das Forças Armadas e da sociedade civil que apontavam para um perigoso desgaste do poder estatal e para a inviabilidade da manutenção prolongada do regime autoritário. O governo percebeu que um plano de descompressão era necessário para que os militares continuassem no comando o maior tempo possível e que pudessem ter em suas mãos (ou sob seus fuzis) o controle do processo de transição para a democracia (STEPAN, 1986, 1988; SALLUN JR., 1996). Assim, iniciou-se com o presidente Ernesto Geisel (1974-1979) o complexo processo de “Abertura”, com uma política de “distensão lenta, gradual e segura” (SIKDMORE, 1988, p. 315-408), do qual o apelo à grande conciliação nacional se tornaria, mais tarde, a pedra de toque.

Tal processo foi marcado por várias idas e vindas, avanços e retrocessos e uma instabilidade que instaurava o medo permanente de uma radicalização, tanto da ultradireita (militares ultraconservadores, especialmente da chamada “linha dura”, que poderiam levar a um novo endurecimento do regime), quanto da esquerda, representada por partidos, facções partidárias e movimentos de cunho mais contestatório e popular (para uma grande parte da elite as esquerdas representavam a ameaça de instauração de um governo com características socialistas ou comunistas, dependendo do grau de radicalidade de seus membros).

Esse temor contribuiu para a mobilização de setores moderados e conservadores, tanto do governo quanto da oposição liberal, no sentido da negociação de um grande pacto político-social que garantiria o avanço e a ordem no processo de transição. Em seus discursos, conciliação virou palavra de ordem, encampada também pela maior parte da mídia nacional, que passou a construir o noticiário sob o ideário da grande união nacional.

Para o grande empresariado, a redemocratização- especialmente no período final do regime- representava também a possibilidade de expandir os lucros em um sistema mais aberto e estável, bem como exercer uma influência maior sobre as políticas governamentais.



Com Geisel, a “Abertura” nasce enquanto política de “distensão”, como “um programa de medidas liberalizantes cuidadosamente controladas, definido no contexto do *slogan* oficial de ‘continuidade sem imobilidade’” (ALVES, 2005, p. 224).

Porém, apesar de indicar que esse processo levaria, de forma “lenta, gradual e segura”, à democracia, essa política não constituiu uma intenção real de democratização, mas sim a estratégia de atenuar o autoritarismo, sob o controle estrito do governo, que procurava minimizar os desgastes de anos de fechamento e violência, e possibilitar aos militares uma sobrevida no poder (LAMOUNIER, 2005, p. 159). É no cenário final de transição controlada pelos militares que se insere o processo de construção da imagem do presidente José Figueiredo como defensor da democracia pelas revistas Veja e Manchete.

### **Veja e Manchete e o apoio à “Abertura”**

Em 1978, a propósito de um editorial comemorativo aos 10 anos da sua revista, Victor Civita reafirmava o seu apoio ao projeto político de Geisel:

[...] o décimo aniversário de VEJA coincide com um momento particularmente importante na vida do país, quando a abertura política *propicia* uma *metamorfose* não apenas no regime mas também nas próprias relações entre os diversos setores da sociedade brasileira. [...] De fato, ao completarmos dez anos, o governo do presidente Ernesto Geisel - cuja estratégia de *aperfeiçoamento democrático* jamais deixamos de apoiar - se prepara para extinguir esta *célula mater* do arbítrio que é o AI-5 e, a partir daí, *permitir que o país avance* no rumo das instituições democráticas (13/09/1978, p. 18, grifos meus).

É possível reconhecer na declaração de Civita uma linha mestra do discurso da revista ao longo de todo o período de 1976 a 1985: a “abertura” era uma estratégia de “*aperfeiçoamento*” democrático (portanto necessitava ser “lenta, gradual e segura”) que ia *permitir* que o país *avançasse rumo à democracia* (por isso deveria ser apoiada por todos) e foi *concedida* (o que acentua o caráter bem intencionado e não autoritário do governo) por um regime que passou por uma “*metamorfose*” (do autoritarismo à democracia).

Veja manteve uma atitude mais crítica em relação ao regime somente nos dois primeiros anos do governo Geisel, enquanto Mino Carta, conhecido por sua postura combativa, esteve na direção da revista. Depois de sua saída, em 1976, o tom só



aumentaria em ocasiões que envolvessem “excessos”, como tortura. Veja continuou apoiando Geisel e seu sucessor Figueiredo (1979-1985) sempre de olho na transição para um regime com grau maior de liberdade, feita, claro, de forma “gradual e segura”, especialmente por motivos econômicos.

A revista é fruto de uma aposta milionária dos Civita. O grupo Abril já era na época o maior império editorial da América Latina e resolveu apostar no ramo das revistas semanais de informação. Veja nasceu, portanto, com a missão de ser o mais importante e lucrativo produto do grupo. Em primeiro lugar, uma empresa capitalista privada, baseada em princípios liberais como a livre iniciativa, não consegue realizar a contento seu objetivo principal de dar altos lucros em um ambiente de forte intervencionismo estatal: o governo militar detinha o controle sobre os financiamentos que possibilitavam o crescimento e a modernização dos veículos (tanto os concedidos por ele próprio quanto os contraídos no exterior), sobre as gordas verbas publicitárias, sobre a importação de equipamentos e papel, bem como o poder sobre as concessões de rádio e TV (ABREU, A., et. al. 2001 e DUARTE, 1987). Isso sem falar no controle da política econômica, na qual pequenas alterações poderiam afetar sensivelmente os negócios. Podia, como o fez diversas vezes, usar desse poder para prejudicar as empresas que não rezassem segundo o seu catecismo. Assim como outros grupos, a Abril dependia, pelo menos até o final da década de 70, de grandes financiamentos, além de fazer negócios com o governo na década de 80, como fornecimento de material didático para escolas.

Segundo, em um regime mais aberto não haveria os vultuosos prejuízos causados pela censura, que levaram ao fechamento de dezenas de jornais e revistas, principalmente os alternativos. A censura é um entrave, pois se perde muito tempo enviando material para análise (às vezes em outra cidade) e refazendo todo o produto depois dos cortes, o que implica em risco frequente de não fechar a edição a tempo. Segundo Juarez Bahia (1990, p. 337), “[...] os censores costumam atrasar edições, suprimir páginas, perturbar a rotina de produção industrial, desmontar esquemas de distribuição ou simplesmente apreender tiragens completas ou parte delas.” As apreensões causavam verdadeiros rombos nos cofres das empresas, e em *Veja* elas eram frequentes, como lembra Mino Carta (In: *REVISTA COMUNICAÇÃO & EDUCAÇÃO*, 2002, p. 82).

Em terceiro lugar, a Abril se beneficiou muito com o crescimento do mercado consumidor durante o “milagre econômico”, o que aumentava as vendas de exemplares



e de espaço publicitário. O número de páginas de anúncios publicados na revista *Veja* cresceu 320% de 1969 a 1973 (GAZZOTI, s.d). Era preciso manter os lucros conquistados durante o “milagre” e aumentá-los ainda mais. Isso se daria melhor em um ambiente de estabilidade econômica, social e política, algo que não se tinha naquele momento: o “milagre” havia se esgotado na metade da década, o país empobrecia com a crise, que pioraria em 1979, as condições de vida provocavam tensões sociais e favoreciam o surgimento de movimentos contestatórios, principalmente de origem popular.

Também não havia estabilidade política, pois, desde as eleições de 1974, a oposição crescia com o voto de protesto contra o governo. A disputa pelo poder aumentou principalmente depois da instituição do pluripartidarismo, em 1979, e a entrada em cena do PT. Proliferavam, ainda, os movimentos da sociedade civil, causando uma ebulição política e social jamais vista, como as campanhas da Anistia (1978/1979) e das “Diretas Já” (1984).

Assim, ao defender e fazer propaganda da “abertura”, *Veja* tentava influenciar os rumos dos acontecimentos no sentido daquilo que julgava ser o ambiente de estabilidade necessário para firmar-se enquanto empreendimento capitalista: uma transição cautelosa e conservadora para um regime mais aberto, sem sobressaltos ou rupturas da ordem e com retomada do crescimento, ou seja, o que Geisel e, posteriormente, Figueiredo se propunham a fazer.

Para conseguir isso, em um ambiente extremamente tenso, era preciso agir em várias frentes. Primeiro fazer com que o discurso da “Abertura” se tornasse hegemônico (no sentido de Laclau e Mouffe, 1987), ou seja, que independente das clivagens sociais e políticas, esse discurso fosse aceito como interesse comum. A base da aceitação estava na proposta, especialmente no governo Figueiredo, de um pacto nacional, uma grande conciliação entre todos os setores e classes, que permitisse uma trégua para que, segundo afirmava o governo, fossem feitas as mudanças econômicas e liberalizantes. Em outras palavras, que se desse um alívio aos patrões e ao governo. Porém, como convencer uma sociedade altamente desconfiada das boas intenções de um regime que, baseado no autoritarismo, cometeu (e cometia ainda) atrocidades, sufocou a liberdade e levou o país ao colapso econômico?

O primeiro passo era mudar esse conceito. Assim, *Veja*, na sua ajuda ao Planalto, promoveu uma verdadeira “metamorfose” na imagem dos presidentes Geisel e, principalmente, de Figueiredo. Passaram de generais-ditadores a guardiões da



democracia, em construções discursivas nas quais se promoviam giros de 180° nos fatos. Se era difícil demais mudar a imagem do regime inteiro, tentava-se, de forma personalizada, mudar pelo menos a imagem do governante e angariar para ele o apoio necessário.

O fortalecimento da imagem de Figueiredo também ajudava a dar-lhe um pouco da legitimidade que precisava para levar adiante a “Abertura”, defendendo-a de dois “inimigos” principais que preocupavam o alto empresariado: de um lado a “linha dura” das Forças Armadas, disposta a provocar um retrocesso ao autoritarismo da era Médici, e, do outro, os setores de esquerda da sociedade, dispostos a avançar para um regime de característica socialista.

### **Figueiredo e a retórica da grande conciliação nacional**

O presidente Figueiredo, conhecido pelo seu temperamento explosivo e autoritário, assume o cargo em 1979, prometendo levar adiante a “Abertura” e transformar o país em uma democracia, nem que fosse “na marra”. Porém, ao mesmo tempo em que adotou várias medidas liberalizantes, como a Lei da Anistia de 1979, também retomou o autoritarismo, como no caso a reforma eleitoral, do mesmo ano, num jogo de avanços e retrocessos, tentando manter sempre o controle do processo frente às ofensivas de grupos da sociedade civil, da oposição e da “linha dura” para garantir a “ordem”.

O modelo de transição para a democracia defendido por Veja pressupunha que o processo fosse conduzido por uma elite política de oposição moderada/conservadora em conciliação com o governo militar. Postulava a necessidade de mudanças comedidas que levassem ao desenvolvimento da economia e a um regime mais aberto, mas sem provocar rupturas na ordem vigente, na qual essa elite detinha o poder político e econômico.

Para a revista (09/03/83, p. 19), as disputas políticas mais aguerridas ou as lutas populares, que normalmente têm um caráter mais contestatório, eram “um caldo de vírus” que leva ao confronto e, portanto, deviam estar dentro de “parâmetros adequados”, ou seja, *controlados e comedidos*, sem usar como *desculpa* para a discordância “as desgraças presentes”.

Figueiredo era uma das peças-chave no necessário pacto de uma transição ordeira e conciliada. Assim, o fortalecimento da sua combatida credibilidade ajudaria a manter sob suas mãos (portanto, mais longe da esquerda) o controle do processo de

“Abertura”. Ao mesmo tempo, contribuiria também para melhorar a imagem de toda a categoria militar por ele representada: o agora “democrata” e “bem intencionado” Figueiredo seria um retrato dos militares enquanto conjunto - o que tornaria mais robusta a tese do “não revanchismo” contra os integrantes do regime depois da transição e, conseqüentemente, tranquilizaria e neutralizaria a “linha dura”.

Nos últimos anos de mandato, a credibilidade do governo era baixíssima. Porém, Veja mostrava um presidente popular sempre ao lado do povo e capaz de empolgar multidões:

Veja 17/11/82



Em um artigo escrito à época das eleições para governadores, deputados federais e estaduais de 1982, o editor adjunto de Veja, Elio Gaspari, tentava mostrar como positiva a personalidade forte do presidente, confundindo conceitos de autoritarismo e autoridade na condução da “abertura”:

O curso vitorioso da abertura deve bastante ao temperamento de Figueiredo, capaz de produzir frases explosivas como “prendo e arrebeno quem for contra a abertura” ou “eles vão ter indignação de democracia”. (17/11/82, p. 44)

E em seguida completava, mostrando que os brutos também têm sensibilidade:

Tamanha segurança abriga, na verdade, um militar atirado no processo político que se ressentia da falta de apoio e compreensão de seus adversários. Em público, Figueiredo pode se parecer com um tufão. Num círculo mais restrito, porém, parece estar em busca do “milhão de amigos” que Roberto Carlos gostaria de ter na sua velha canção (p. 44).

Nesse artigo, a revista promove uma verdadeira transformação na imagem de Figueiredo: o militar autoritário passou por uma “metamorfose pessoal” (p. 44) e se transformou no mais convicto dos democratas. Além do texto verbal da matéria, Veja usou uma sequência de imagens para narrar essa redenção, como em uma fotonovela (p. 44-45).



Na primeira foto (de arquivo), ele aparece a bordo de um helicóptero de guerra, em visita à Amazônia como chefe do gabinete militar do violento governo do presidente Médici (1969-1974), que está do lado esquerdo da imagem. Em seguida há uma singela foto, em *close*, ao que parece com os olhos marejados e enxugando as lágrimas com um lenço. Na imagem seguinte, a apoteose: Figueiredo, já presidente, nos braços do povo, num simulacro de democracia. A legenda complementa o sentido: “O general João Baptista Figueiredo de 1973 saiu de perto da metralhadora e foi batalhar votos da abertura de 1982 até sobre os ombros dos garimpeiros de Serra Pelada”.

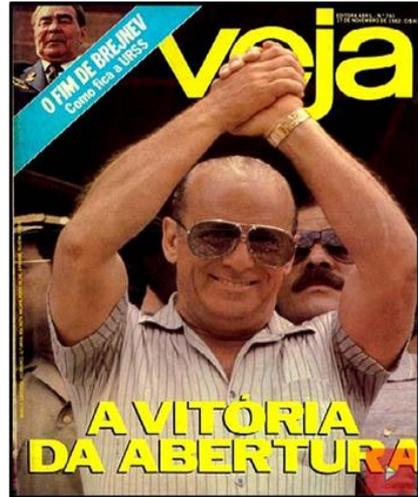
O presidente é apontado em outra reportagem, nessa edição de 17/11/82, como “o grande vitorioso” das eleições de 1982, por ter permitido o pleito direto e se empenhado para sua realização, trabalhando incansavelmente, mesmo com dor de dente e gripe: “Figueiredo ganhou por antecipação a maior eleição já feita no país: bastou realizá-la para firmar a abertura.” (p. 36). Assim, em *Veja*, “a abertura patrocinada por Figueiredo” (p. 36), surge como feito dos militares que, de lagartas, viraram borboletas, em uma “metamorfose” democrática.



Ou seja, nos malabarismos discursivos da revista, cria-se outra versão da realidade, como se a partir de 1979 o Brasil estivesse vivendo em plena democracia,

como se o objetivo da “abertura” fosse de “enterrar a ditadura” e como se não tivessem existido momentos extremamente autoritários no seu governo. Discurso esse afinado com o de Figueiredo e seus aliados: “A idéia de democracia é apresentada de maneira dupla nos discursos proferidos a partir de 1964: algumas vezes como uma conquista do futuro e outras como presente do regime em vigor.” (FORGET, 1994, p. 178).

A capa da edição de 17/11/82 sintetiza bem a nova imagem do governo nas lentes de Veja: Figueiredo, surpreendentemente simpático e sorridente (o que por si só já seria uma prova da “metamorfose” pela qual passou, tendo em vista sua conhecida truculência), ergue os braços, comemorando a vitória da “abertura” que ele mesmo “patrocinou”. Ou seja, congratula-se e exhibe-se no palanque (no qual também se transforma, metaforicamente, a própria capa da revista) para merecida aclamação geral.



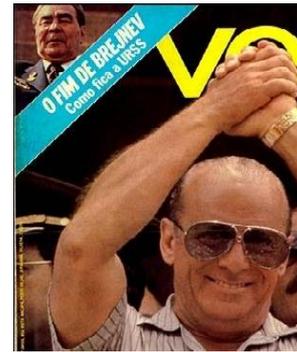
Figueiredo, surpreendentemente simpático e sorridente (o que por si só já seria uma prova da “metamorfose” pela qual passou, tendo em vista sua conhecida truculência), ergue os braços, comemorando a vitória da “abertura” que ele mesmo “patrocinou”. Ou seja, congratula-se e exhibe-se no palanque (no qual também se transforma, metaforicamente, a própria capa da revista) para merecida aclamação geral.

As letras amarelas na frase “A vitória da abertura” e no nome da revista remetem à ideia de democracia, que estaria impregnada na própria figura do presidente e em Veja. Note-se também a ilusão de ótica, proporcionada pela disposição gráfica dos elementos, em que suas mãos parecem entrelaçadas ao nome da revista, através da junção com o “e”. Figueiredo “e” Veja estão unidos, congregam dos mesmos sentimentos democráticos. Repetindo um gesto consagrado na cultura do esporte (figura ao lado), ele, do alto, não mais do palanque, mas do pódio, parece estar erguendo o troféu conquistado após ter disputado e vencido seus adversários. Esse troféu leva, justamente, o nome da revista (em amarelo ouro) - um prêmio concedido por ela em reconhecimento ao “grande vitorioso”.



Bellini, capitão da seleção brasileira, erguendo a taça da Copa do Mundo de 1958.  
Fonte: [www.globoesporte.com](http://www.globoesporte.com).

Ele também aparece em trajas civis, descontraído, feliz como cidadão de um regime livre. Outra construção *verbi-visual* paralela dialoga com a principal: no canto esquerdo superior aparece a foto do ex-presidente soviético Leonid Brejnev, que havia morrido sete dias antes, e, abaixo da imagem grave de seu rosto, a frase: “O fim de Brejnev. Como fica a URSS”. Ou seja, enquanto o “democrata” Figueiredo



vivia seu momento de glória, ao promover a “abertura”, o outro, “comunista” chegava ao fim. Sintomático a revista não dizer “A morte de Brejnev” e sim, depreciativamente, “O fim de Brejnev”. Enquanto lá o “comunismo” (do qual, segundo a revista, bebiam os “radicais” da esquerda brasileira) estava fadado ao fracasso, aqui, o regime autoritário convertido em democracia, vicejava.

A revista *Manchete* também apoiou entusiasticamente a “Abertura”. E como *Veja* – porém com maior ênfase – atribuía também ao presidente a dádiva da liberalização. É sobre a sua figura que a revista começa a defender a conciliação.

Figueiredo é mostrado, repetidas vezes, como o grande benfeitor que, tocado pelo espírito democrático, concedeu a lei da Anistia, “ampla, geral e irrestrita”<sup>3</sup> o fim da censura e estendeu a mão à oposição num gesto conciliatório para o bem do Brasil.

Na mesma semana em que *Veja* enaltecia os esforços do presidente para garantir as eleições, *Manchete* dava um tom parecido em sua edição (20/11/82). O pleito era considerado como mais um gesto de benevolência: “Pela vontade de Figueiredo e para a alegria do povo, o mecanismo da democracia voltou a funcionar”, diz o editorial (p. 3). Assim, para a revista, o Brasil também já vivia um regime democrático: “[...] graças ao João, e aos que estão com ele, já entramos na normalidade democrática onde as eleições se sucedem e há alternância de poder.” (p. 12, grifos meus).

Ao todo são oito páginas relatando os feitos e o esforço de Figueiredo para “a construção de uma nova sociedade”, uma obra considerada maior que a da usina de Itaipu, a qual ele acabara de inaugurar (p. 4):

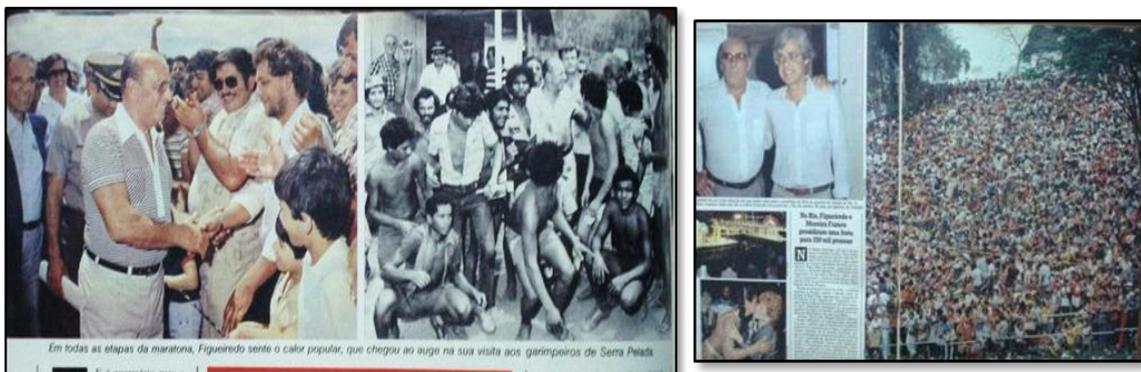
<sup>3</sup> A lei da Anistia, de 1979, não foi “concedida” pelo governo e sim fruto da pressão da sociedade civil e de setores políticos, nem “efetivamente ampla e irrestrita”, pois não contemplava os que participaram da luta armada, de sequestros, atentados pessoais ou do que o governo classificava como “crimes de sangue”. Ao mesmo tempo concedeu perdão aos militares envolvidos em crimes de tortura, um ato corporativo que teve a concordância de boa parte da oposição moderada para quem não era possível “obter uma abertura política colocando os militares no banco dos réus.” (KUCINSKI, 2001, p. 88).

A democracia é uma aspiração de todos os brasileiros. Um direito e uma conquista de todos. Mas foi este homem, João Figueiredo, quem empenhou sua palavra e – literalmente – seu coração,<sup>4</sup> para podermos todos desfrutar desse direito. (p. 8)

Existe um grande esforço, tanto na cobertura fotográfica quanto nos textos verbais, em dar um caráter mais humano e popular a Figueiredo (assim como se percebe em *Veja*). Quando ele ficou doente, por conta de um infarto,

De repente, todos perceberam que *o João* era o condutor do processo de abertura [...] A nação torceu inteira pela recuperação *do João*. Já não mais como um presidente, apenas. Sobretudo como um *amigo* doente. Um homem *como nosso pai*, ou *nosso irmão*. (p. 10, grifos meus)

O presidente João Baptista Figueiredo virou, nos textos de *Manchete*, “o João”, o amigo de todos. É para e com o povo, metáfora da sociedade como um todo, que o presidente lutava para levar adiante o processo de abertura. Ele aparecia quase sempre cercado por muita gente.



Manchete 20/11/82

A capa da edição de 20/11/82 é a melhor síntese do esforço da revista na construção dessa imagem de união de todos. Na foto o presidente aparece carregado nos ombros por garimpeiros durante uma visita a Serra Pelada. Logo abaixo, uma tarja com o título: “FIGUEIREDO A escalada da democracia”.

<sup>4</sup> A revista se referia ao infarto que o presidente sofreu, em setembro de 1981. No enunciado de *Manchete*, o problema cardíaco aparece como tendo uma das causas o estresse provocado pelo seu trabalho obstinado no processo de abertura democrática.

Na composição aparece figurativizado o tema do grande líder (a começar pelo nome, escrito em letras garrafais), reverenciado pelo seu povo e a ele ligado. Mais que carregado, Figueiredo é sustentado, amparado, pelos trabalhadores, gente simples, suja, mas contente; uma massa representada pelo garimpeiro negro, coberto de óleo que aparece em primeiro plano.

Porém, na verdade, é uma união desigual. Entre o povo e o presidente há uma relação de superioridade. Ele ocupa a porção superior da imagem, se eleva, iluminado pelo sol, ao mesmo tempo em que eleva também, obliquamente, o braço em um gesto de poder. A roupa clara reforça a ideia da diferenciação hierárquica, em contraste com o escuro, a sujeira dos trabalhadores, que mais parecem escravos carregando seu senhor. Porém, a calça e a camisa também trazem um pouco do negro que cobre o garimpeiro, assim como este também traz nos dentes o branco das vestimentas do presidente. Estão, mesmo que diferencialmente, unidos: a alegria expressa no rosto do chefe da nação é a mesma estampada no rosto do garimpeiro, contente em carregar o “João”, o presidente do povo.

O título “Figueiredo A escalada da democracia” contribui para expressar o tema figurativizado na foto: o nome do presidente aparece em letras maiúsculas, superlativas, vermelhas, intensas, sobre o amarelo vibrante, cor da bandeira nacional. Ele é, portanto, o grande responsável pela democracia, que escala, que avança em um processo sustentado pela união, pela conciliação da sociedade com o governo e que pode trazer felicidade e segurança a todos.

A posição de Manchete de saudar Figueiredo como o grande e benevolente condutor da “abertura” é evidente em muitos outros momentos na fase final da transição. Um exemplo-síntese é a mensagem de Adolpho Bloch ao presidente, quando ele deixou o cargo em 85, após a eleição de Tancredo Neves:

Meu caro presidente: o seu nome superou os 20 anos da *revolução* de 1964. Pode estar certo de que ele será lembrado pelos séculos afora como *estadista da paz, da conciliação*, que *concedeu* anistia a milhares de brasileiros e soube fazer do Brasil uma verdadeira democracia. (26/01/85, grifos meus)





## Considerações finais

O jornalismo como serviço público, aplicado como desserviço em prol dos interesses políticos e principalmente econômicos, particulares ou de classe, tem pautado a história da imprensa no Brasil, especialmente desde a metade do século passado, mergulhada que está no sistema de produção industrial de bens culturais.

No conturbado período da redemocratização podemos ver a influência da grande mídia- representada aqui pelas revistas *Veja* e *Manchete*- na conformação de um imaginário coletivo em torno de regimes, ideologias políticas e governantes, o que já se tornou fato relativamente comum na vida política recente do país: podemos lembrar, por exemplo, de como Getúlio Vargas, que, através da propaganda oficial e dos veículos privados que patrocinava- sendo o jornal *Última Hora* o mais importante deles- saiu da vida para entrar na história como o “pai dos pobres” (PARANHOS, 1999; LAURENZA, 2008). Como Juscelino Kubitschek, que virou, nas páginas das revistas *Manchete* e *O Cruzeiro*, o líder que tirou o Brasil do atraso e o colocou nos trilhos do progresso (ABREU, A. 2002; BIZELLO, 2008; OLIVEIRA, L., 2002), ou ainda Tancredo Neves, mostrado também por *Veja* e *Manchete* como o herói conciliador que morreu em nome da democracia (PÁDUA, 2011). Figueiredo é, portanto, mais um a entrar nesse *hall* conduzido pelas práticas discursivas propagandísticas e tendenciosas de *Veja* e *Manchete* que o tiraram a incômoda posição de presidente-ditador para a de arauto da causa democrática.

Não se pode, pois, encarar os meios de comunicação como meros transmissores de mensagens objetivas. Como aponta Charaudeau (2006, p. 39), toda enunciação produz efeitos de sentido, a partir de escolhas,

Não somente escolha de conteúdos a transmitir, não somente escolhas das formas adequadas [...] do bem falar e ter clareza, mas escolhas de efeitos de sentido para influenciar o outro, isto é, no fim das contas, escolha de estratégias discursivas.



## Referências bibliográficas

ABREU, A. A. **A modernização da imprensa (1970-2000)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

\_\_\_\_\_. et. al. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós 1930**. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 2ª ed., 2001.

ALVES, M. H. M. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 2005.

BIZELLO, M. L. **Entre fotografias e fotogramas: a construção da imagem pública de Juscelino Kubitschek (1956-1961)**. 2008. Tese (Doutorado em Multimeios)- UNICAMP, Campinas, 2008. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/> (acesso em 02/12/2010).

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

DUARTE, M. C. R. **Imprensa e redemocratização no Brasil: um estudo de duas conjunturas, 1945 e 1974-1978**. 1987. 175f. (Dissertação) Mestrado em Ciências Sociais-PUC, São Paulo, 1987.

FORGET, D. **Conquistas e resistências do poder (1964-1984): a emergência de um discurso democrático no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1994.

GAZZOTI, J. **Veja e os governos militares (68/85)**. Disponível em: <http://prof.reporter.sites.uol.com.br/teseveja.htm> (acesso em 15/05/2011). Originalmente dissertação de Mestrado: **Imprensa e ditadura: a revista Veja e os governos militares (1968-1985)**. São Carlos: UFSCar, 1998. 215 f. Mestrado (Sociologia Política)-UFSCAR. CECH. CSo.

PÁDUA, G. D. **O herói conciliador: a construção da imagem de Tancredo Neves nas revistas Veja e Manchete (1982-1985)**. 2011. 252f. (Dissertação) Mestrado em Comunicação e Semiótica- PUC, São Paulo, 2011.

KUCINSKI, B. **O fim da ditadura militar**. São Paulo: Contexto, 2001.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemonia y estratégia socialista: hacia una radicalización de la democracia**. Madrid: Siglo XXI, 1987.

LAMOUNIER, B. **Da independência a Lula: dois séculos de política brasileira**. São Paulo: Augurium Ed., 2005.



LAURENZA, A. M. “Batalha em letra de forma: Chatô, Wainer e Lacerda”. In: LUCA, T. R.; MARTINS, A. L. (Orgs). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

OLIVEIRA, L. L. **O governo JK nas páginas da Manchete**. Disponível em:  
<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Sociedade/Manchete> (acesso em 09/07/2011).

PARANHOS, A. **O roubo da fala: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

REVISTA COMUNICAÇÃO & EDUCAÇÃO. **Mino, jornalista de opinião** (entrevista). São Paulo, n. 23, jan./abril de 2002, p. 71 a 90. Disponível em:  
<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/comeduc/article/viewFile/4521/4244> (acesso em 23/04/2011).

SALLUN JR., B. **Labirintos: dos generais à Nova República**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SKIDMORE, T. **Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

STEPAN, A. (Org.). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

\_\_\_\_\_. **Os militares: da abertura à nova república**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.